

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE GOIÁS, REALIZADA NO DIA 20 DE ABRIL DE 2016

4

2

CAF

6

8

9

10

11

12

13

1415

16

17 18

19

20

21

22

23

24

2526

27

28

2930

31

3233

34

35

36

Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, na sala multiuso do CAU/GO, iniciou-se a Reunião Ordinária da Comissão de Administração e Finanças com os seguintes pontos de pauta: a) aprovação da pauta; b) aprovação da ata da reunião da CAF de 22/03/2016; c) análise da prestação de contas de março/2016; d) análise de solicitações de ressarcimento; e) Relatório de Prestação de Contas ao TCU; f) informes gerais e propostas extrapauta. Estavam presentes as Conselheiras Estaduais Tássia Zanutto Mendes e Regina Maria de Faria Amaral Brito, a Gerente de Planejamento e Finanças Luciene Boaventura dos Santos e o Assistente Técnico Ennio Jacintho Danesi. Também compareceram, durante a reunião, a assistente de contabilidade Nayara da Cunha, o analista contábil Gutemberg Ferreira de Souza e a Gerente Geral Isabel Barêa Pastore. O Conselheiro Estadual e Coordenador da CAF Marcos Aurélio Lopes de Arimatéa não compareceu e não apresentou justificativa. a) Da aprovação da pauta. A gerente geral Isabel Barêa Pastore solicitou a inclusão do seguinte item: apreciação dos índices para ajuste do Acordo Coletivo. A inclusão foi aceita por todos e a pauta foi aprovada por unanimidade. b) Da aprovação da Ata da Reunião Ordinária do dia 22 de março de 2016. A ata foi aprovada por unanimidade. c) apreciação dos índices para ajuste do Acordo Coletivo. A Gerente Financeira Luciene Boaventura iniciou informando que a folha de pagamento do CAU/GO não deve ultrapassar 50% da receita e que para tanto as cargas horárias das gerências e de uma assessoria jurídica já foram reduzidas de 8 para 6 horas, diminuindo em 25% seus salários. Luciene informou que o índice usado em 2015 para reajuste de salários foi o INPC, que fechou acumulado nos 12 últimos meses até março de 2016 em 9,91%. Continuando, Luciene informou que devido à queda na arrecadação, no primeiro trimestre de 2016 em relação a 2015, um reajuste salarial próximo de 10% poderá levar o Conselho a demitir funcionários futuramente. Para compensar um reajuste salarial com percentual abaixo do esperado, a Gerente Financeira sugeriu elevar o valor do ticket alimentação, visto que esse aumento não impactará em Despesas com Pessoal. Concluindo, Luciene apresentou algumas propostas de reajustes e, após deliberação da CAF, foi aprovado um valor entre R\$50,00 e R\$ 100,00 para o reajuste do auxílio alimentação e um percentual entre 5% e 8% para o reajuste salarial. Isabel lembrou que no dia da assembleia, que discutirá o acordo coletivo, é importante a presença



37

3839

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

de um conselheiro da CAF, preferivelmente o coordenador. Por fim Isabel informou que há a possibilidade de pagar uma parcela do 13º salário no mês do aniversário do funcionário ou em suas férias, de forma a não concentrar grandes despesas no final do ano e ainda ajudar os funcionários. A sugestão foi acatada por todos. Isabel esclareceu que esta mudança constará no Acordo Coletivo. d) Da análise da prestação de contas de março/2016. As 15h10min (quinze horas e dez minutos) entraram na sala de reuniões o analista contábil Gutemberg Ferreira de Souza e a assistente de contabilidade Nayara da Cunha que iniciou a apresentação do balanço mensal da contabilidade e o relatório de despesas e receitas relativas aos meses de janeiro a março de 2016, demonstrando que a receita total neste período foi de R\$ 824.831,92 (oitocentos e vinte quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos), o que corresponde a 20,67% do orçado para o ano. A Gerente Financeira Luciene observou que esta receita foi menor que a do ano passado em relação ao mesmo período. A arrecadação de RRT foi 18,64% menor, em comparação com 2015. Dando prosseguimento, Nayara apresentou o gráfico comparativo das despesas demonstrando que de janeiro a março de 2016 as despesas totalizaram R\$ 604.796,84 (seiscentos e quatro mil, setecentos e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos), o que corresponde a 15,15% do orçado para o ano. Luciene informou que em junho o CAU/GO fará uma reformulação, diminuindo a receita e a despesa, e que levará os cálculos ao CAU/BR visando reduzir, no segundo semestre, os repasses ao Centro de Serviços Compartilhados e ao Fundo de Apoio aos CAUs básicos. O intuito é que o CAU/BR faça um aditivo contratual de supressão no contrato com o Centro de Serviços Compartilhados de até 25% visando diminuir os gastos do CAU/GO com essa despesa. Ao final da apresentação, a prestação de contas foi aprovada por unanimidade. d) Da análise de solicitações de ressarcimento. A Gerente de Planejamento e Finanças Luciene apresentou 6 (seis) solicitações de ressarcimento. Após deliberação da CAF foram aprovadas as solicitações nº 7998, 8002, 8003, 8004 e 8085 e reprovada a solicitação nº 8009. e) Relatório de Gestão do TCU. O assunto não foi tratado e será discutido na próxima reunião. f) Dos informes gerais e propostas extrapauta. Pedido de isenção de anuidades da SANEAGO. A gerente geral Isabel Barêa Pastore iniciou informando que os órgãos públicos são isentos de anuidade no CREA, mas que estas taxas passaram a ser cobradas pelo CAU visto que tal isenção não era prevista legalmente. O setor jurídico do CAU/BR, juntamente com a Comissão de Ensino Profissional (CEP), encaminhará discussão do assunto junto à Plenária do CAU/BR, de forma a fazer as alterações aprovadas, tanto no cadastro desses órgãos, quanto na resolução que regulamenta o assunto. Isabel informou, no entanto, que tal processo no CAU/BR pode demorar e a

PAB

SANEAGO já se manifestou no sentido de suspender seu registro junto ao CAU/GO caso as anuidades continuem sendo cobradas. A SANEAGO justificou-se afirmando que, apesar de possuir arquitetos em seu quadro de funcionários, não tem como atividade fim a elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo. Luciene informou que a isenção é apenas de anuidades e não de RRTs. Por fim, a solução foi solicitar a elaboração de um parecer do assessor jurídico do CAU/GO, Romeu José Jankowski Júnior, que reconhece como legítima a isenção de cobrança de anuidades da SANEAGO. Tal parecer foi levado à CAF, que o aprovou, e em seguida encaminhado para aprovação na Plenária. Por fim, ele será levado ao CAU/BR para que este providencie as alterações necessárias no SICCAU. As conselheiras agradeceram a presença de todos e deram por encerrada a sessão, do que, para constar, eu, Ennio Jacintho Danesi secretariei a sessão, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada por mim e pelas Conselheiras Estaduais e membros da CAF Regina Maria de Faria e Brito e Tassia Zanutto Mendes. Goiânia, vinte dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

89 90

Regina Maria de Faria Brito

Conselheira Titular da Comissão de Administração e Finanças

 Tassia Zanutto Mandes

Conselheira Suplente da Comissão de Administração e Finanças

Ennio Jacintho Danesi Assistente Técnico



Control of the second of the s	CAF
DATA:	LOCAL:
20/04/2016	CAU/GO

PARTICIPANTES		
01	NOME LEGÍVEL	FUNÇÃO / ENTIDADE
	ISABEL B. PASTORE	Ol Dave
02	REGINA MARIA DE FARM A. BRID	CONSELLERS / TITULAR
03	TASSIA Z. MENDES	CONSELHEIRA CAU-60.
04	ducient porrentura son Litor	GELENTE DE PLANTS & FINANCAS
05	Naysa de anha S.h.	Uso Contabilido de
06	Autemberg terreiro de Souca	Amalis la Combis!
07	ENHIO JACKHITHO DAMOSI	ASSIST. PLENEPIAE POUNISSOES
08		133131. I COMPLETE DIMISSES
09		
10		
11		
12		
13		A CALL OF THE PARTY OF THE PART
14		Soft And The Soft
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
23		